



## Estado de Goiás

RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

Gerado em: 29/07/2024

### TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES

#### 1009 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

EIXO: GOIÁS DA INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO: INFRAESTRUTURA PARA NEGÓCIOS

**JUSTIFICATIVA:** O Programa se justifica pela necessidade de se aproveitar os recursos hídricos do estado de Goiás como vantagem competitiva. Apesar de possuir privilegiadas bacias hidrográficas (a Bacia do Rio Paraná, a Bacia do Tocantins, a Bacia do Rio Araguaia e uma pequena porção da Bacia de São Francisco), o Estado necessita de estratégias de uso racional de tais recursos, e também de implantação de modelo de desenvolvimento que assegure sua perenidade para as próximas gerações. Importante ressaltar que este desenvolvimento precisa estar alinhado aos pressupostos da sustentabilidade. O modelo de gestão é tripartite (União, Estados e Municípios), e isso exige a convergência de interesses e objetivos comuns. Uma das saídas para desburocratização e melhoria da gestão hídrica é o incentivo e o apoio aos comitês de Bacia, descentralizando a gestão hídrica e seus processos administrativos, dentre eles a outorga, que hoje está totalmente concentrada no órgão ambiental do Estado. Outra vantagem dos comitês de Bacia é o fortalecimento da representatividade local, auxiliando também na arbitragem de conceitos de uso. A iniciativa desses comitês no Estado de Goiás é claudicante, em particular nas unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos (UPGRH) com maiores possibilidades de poluição por mineração e indústria, como nas áreas de Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do São Marcos. Nesse olhar responsável pelos recursos hídricos, cabe salientar o triste quadro ambiental que o Alto Araguaia sofre no momento atual. Há forte assoreamento agravado no Rio Araguaia nos últimos anos devido ao desmatamento das matas ciliares às margens do rio, que começa em Goiás, margeia Mato Grosso e termina no Tocantins. O avançar dos bancos de areia pode secar o rio nas próximas décadas, prejudicando não somente o turismo como também a população que depende economicamente do Araguaia para sobreviver. Há dificuldades do Estado em proteger a pesca nas bacias hidrográficas e a pesca clandestina.

**RESULTADO ESPERADO:** Aproveitamento do potencial hídrico, como vantagem competitiva, respeitando o meio ambiente e melhorando a oferta de água

**VALOR INVESTIDO NO PROGRAMA: R\$ 1.508.377,97**

#### AÇÕES DO PROGRAMA

##### 2029 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE DO USO

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATUAÇÃO:** Implementar, elaborar, manter, aperfeiçoar e desenvolver os instrumentos de gestão dos recursos hídricos definidos pela Política de Recursos Hídricos, como forma de garantir uso múltiplo e racional dos recursos hídricos, o direito de acesso a água para o exercício de suas atividades, e a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos (secas e cheias), bem como o controle do uso desse bem público que se encontra sob domínio do Estado, garantindo o seu melhor aproveitamento, a redução de conflitos e desabastecimento, que podem ser causa de severos prejuízos para o Estado.

**METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

**VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 1.162.277,26**

**PRINCIPAIS RESULTADOS:**

14781- COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE RIOS ESTADUAIS INSTALADOS - Atualmente, cerca de 70% do território goiano é abrangido pelos Comitês de Bacias Hidrográficas. No Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Goiás, há quatro áreas identificadas para a instalação de Comitês de Bacia Hidrográfica nas Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH: Afluentes Goianos do Rio Paraná, Rio das Almas e Afluentes Goianos do Alto Maranhão, Afluentes Goianos do Médio Tocantins, Afluentes Goianos do Paraná e Afluentes Goianos do São Francisco. Além disso, está em estudo na Gerência de Planos, Enquadramento, Cobrança e Apoio aos Colegiados uma proposta para a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Goianos do Tocantins.

A proposta que será apresentada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para análise e deliberação, segue a mesma estratégia proposta para os afluentes goianos do Araguaia. Essa estratégia consiste na junção das três UPGRH afluentes à Bacia do Rio Tocantins em um único Comitê, considerando as características fisiográficas, demográficas, econômicas, dos usos, além dos benefícios gerados pela atuação em conjunto, ganhando maior peso político e de representação, além da redução dos custos de funcionamento.

Os procedimentos relacionados à instalação deste novo Comitê serão reprogramados para o ano de 2024.

Em relação à instalação dos Comitês de Bacia Hidrográficas, destaca-se que, considerando a área do Estado, aproximadamente 70% do território Goiano está coberto por Comitês. Das onze Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH definidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi, sete já possuem Comitês, o que equivale a aproximadamente 64% das UPGRH.

14782- SISTEMA DE COBRANÇAS PELO USO DA ÁGUA IMPLANTADO

Em 2023, nos meses de janeiro e fevereiro, foram retomados os debates e a preparação para implementação da cobrança, considerando as atribuições de cada componente do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Nesse contexto:

Os Comitês de Bacia Hidrográfica propõem os valores e mecanismos relacionados à cobrança,

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova e determina a implementação da cobrança,

A SEMAD é responsável por implementar a cobrança, emitir boletos, executar todo o processo de arrecadação e controle dos recursos. Além disso, firma contrato de gestão com a Agência de Bacia ou Entidade Delegatária de suas funções definida pelo Comitê,

A Agência de Bacia ou Entidade Delegatária de suas funções tem a responsabilidade por apoiar tecnicamente, administrativamente e financeiramente os Comitês de Bacias Hidrográficas e aplicação dos recursos de acordo com as diretrizes dos Comitês definidas nos Planos de Recursos Hídricos e nos demais instrumentos de planejamento do Comitês, como Plano Plurianual de Aplicação e Planos Orçamentários Anuais, para cada Comitê.

Em março, foi realizado o processo de elaboração de minuta de Decreto para regular a cobrança pelo uso de recursos hídricos em razão da determinação judicial (processo 5237621-45.2021.8.09.0051 da Ação Civil Pública). Em junho, foi publicado o Decreto Estadual 10.280, de 30 de Junho de 2023.

9882 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS IMPLANTADO

No decorrer do ano de 2023, realizou-se o planejamento, a coleta, o armazenamento, o processamento, a recuperação e a disseminação de informações, com o início do planejamento em novembro do Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos.



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

Esse sistema é um instrumento essencial para a gestão de recursos hídricos, especialmente quando se adota um modelo de gestão integrada e recursos hídricos que conta com a participação da sociedade no processo decisório. A disseminação de informações confiáveis é crucial para auxiliar na tomada de decisões seguras e responsáveis por parte das comunidades, dos usuários e do poder público.

O referido sistema consiste na coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos, conforme definido nos artigos 25 a 27 da Lei Federal nº 9.433/1997. O seu objetivo primordial é reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, além de manter permanente atualizadas as informações sobre a disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território.

Além disso, o sistema desempenha um papel estratégico ao fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, contribuindo assim para uma gestão mais eficiente e sustentável desse recurso vital.

#### 10597 - DECLARAÇÕES DE USOS E SOLICITAÇÕES DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS RESPONDIDAS:

As Declarações de Uso de Recursos Hídricos são analisadas, seguidas pela emissão de notificações aos interessados nos processos administrativos, originados a partir das solicitações de outorga de uso dos recursos hídricos.

Em relação à quantidade de análises de solicitações de direito de outorga de uso dos recursos hídricos, neste ano, observou-se um aumento significativo da produção das análises. Esse crescimento reflete os resultados positivos alcançados até o momento, sinalizando a eficácia das práticas adotadas e apontando para possíveis melhorias futuras.

#### 8184 - SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS IMPLANTADO

Neste ano, iniciou-se a construção de uma nova versão para o sistema de segurança de barragens. Este processo partiu da base do sistema existente, agregando novas funcionalidades que proporcionarão maior dinamicidade de inserção e análise das informações, além de promover uma interatividade mais eficaz entre a Semad e os usuários. Para efetivar essa evolução, uma empresa foi contratada por meio de licitação, incumbida da construção do novo sistema, que funcionará integrado ao sistema já existente.

Destaca que o desenvolvimento do sistema encontra-se em pleno andamento para o aprimoramento da segurança de barragens.

#### 9880 - BARRAGEM GERENCIADA

O gerenciamento das barragens ocorre inicialmente por meio de avaliação das informações prestadas durante o cadastramento no sistema de barragens da Semad, às quais permite a identificação de eventuais anomalias ou situações de risco para a segurança da barragem. As barragens cadastradas são então categorizadas por meio de uma matriz de risco, e essa matriz identifica de forma priorizada as barragens que integrarão o Plano Anual de Fiscalização da Semad e deverão ser vistoriadas in loco. Para as demais barragens, categorizadas em menor grau de risco, realiza-se o monitoramento da regularidade documental e são ainda realizadas vistorias aleatórias ou provocadas por meio de denúncia de alguma situação de risco.

O número de barragens gerenciadas baseia-se no número acumulado de barragens cadastradas no sistema estadual de segurança de barragens, acrescidas daquelas vistoriadas no período que porventura não estejam cadastradas e monitoradas de forma remota. Assim, até dezembro de 2022 havia 6.592 barragens cadastradas e 6.760 barragens gerenciadas (incluindo-se as fiscalizadas não cadastradas). Ao longo do ano de 2023, contabilizou-se o cadastramento de 7.421 barragens e a fiscalização acumulada de 164 barragens não cadastradas, totalizando o gerenciamento de 28.160 barragens até novembro de 2023.

#### 13600 - FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REALIZADA

Trata-se de produto destinado ao monitoramento dos processos outorgados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), visando garantir o uso racional da água e assegurar sua disponibilidade para diversas finalidades, incluindo o abastecimento público, industrial, irrigação, entre outros. A ausência de acompanhamento pode resultar em situações críticas, como desabastecimento público e comprometimento das atividades de agropecuária e industriais. Adicionalmente, informa-se que está em fase de construção o plano de fiscalização de recursos hídricos, visando principalmente bacias hidrográficas que tem maior quantidade de usos outorgados.

Esse produto é fundamental para garantir a gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, prevenindo situações de escassez e promovendo o cumprimento das condicionantes estabelecidas nos processos de outorga.

### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
10597 - DECLARAÇÕES DE USOS E SOLICITAÇÕES DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS RESPONDIDAS / NUMERO	15.000	23.009	237.135,00
13600 - FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REALIZADA / NUMERO	50	45	0,00
14781 - COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE RIOS ESTADUAIS INSTALADO / NUMERO	1	60	745.269,59
14782 - SISTEMA DE COBRANÇAS PELO USO DA AGUA IMPLANTADO / PERCENTUAL	45,00	45,00	15.000,00
8184 - SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS IMPLANTADO / PERCENTUAL	100,00	25,00	0,00
9880 - BARRAGEM GERENCIADA / NUMERO	8.000	33.046	75.076,67
9882 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS IMPLANTADO / PERCENTUAL	100,00	5,00	89.796,00

### 2031 - MONITORAMENTO HIDROLÓGICO E METEOROLÓGICO EFICIENTE

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATUAÇÃO:** Disponibilizar informações para a tomada de decisão no âmbito das políticas públicas municipais e estaduais e demais setores da sociedade para adaptação à variabilidade climática, com foco na diminuição do risco de desastres naturais e aumento da capacidade de adaptação local.

**METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

**VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 346.100,71**

#### PRINCIPAIS RESULTADOS:

##### 14826- EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR ADQUIRIDOS

O produto de equipamentos para modernização tecnológica da rede de monitoramento da qualidade do ar em 2023 obteve um avanço. Para o ano de 2024 teremos um horizonte mais positivo, pois já foi desenhado em nosso planejamento estratégico para o novo ciclo, ações mais relevantes para ação de monitoramento da qualidade do ar. No decorrer do ano de 2023, a Secretaria conseguiu instalar 02 estações em pontos estratégicos do Estado de Goiás.

##### 14800- APLICAÇÃO WEB DE MONITORAMENTO DE FOCOS DE CALOR DESENVOLVIDA,

A aplicação web de monitoramento de focos de calor foi desenvolvida em 2022, mas está sendo utilizada em 2023, pois trata-se de um sistema de detecção de queimadas, que identifica os focos por meio de satélites ambientais, sendo que o sistema de posse destas informações tem a capacidade de avisar por meio de mensagens a localidade onde as queimadas estão acontecendo, com isso reduzindo o tempo de resposta aos bombeiros, defesas civis e brigadistas e brigadas rurais. Em números, a eficiência da ferramenta é muito boa, pois tivemos no ciclo 2021 para 2022, uma redução de 42% de área queimada, e no ciclo de 2022 para 2023, uma redução de 23% de área queimada. Desta forma, o Estado de Goiás desponta para uma das unidades da federação que tem uma das maiores reduções em área queimada. Este resultado demonstra o comprometimento desta Secretaria com a preservação do Cerrado e conservação da flora, fauna, solo, água e da qualidade do ar.

##### 14760 - EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO LABORATÓRIO DO CIMEHGO E SALA DE SITUAÇÃO ADQUIRIDOS

A ação de equipamentos para modernização tecnológica da Sala de Situação de Monitoramento de Riscos e Desastres Naturais em 2022, obteve uma melhoria realizada na sala de situação, o que propiciou grandes avanços em 2023. As melhorias continuam com o desenvolvimento de novos produtos com informações de tempo, clima, hidrologia e qualidade do ar, que propiciaram mais informações disponíveis à população, informações estas que foram e serão utilizadas em programas importantes do Estado de Goiás, tais como enfrentamento a crise hídrica, nordeste solidário e recentemente o programa Goiás Alerta e Solidário.

##### 14740 - ESTAÇÕES HIDROMETEOROLÓGICAS MONITORADAS

A ação sobre estações hidrometeorológicas monitoradas tem se desenvolvido ao longo de 2023 sem muitas alterações. Esta ação consiste no monitoramento das diversas estações que estão instaladas no Estado de Goiás, que fornece informações e registros do tempo, tais como temperatura, precipitação, velocidade e direção dos ventos como também radiação solar. As informações captadas são de suma importância para as ações de alerta junto ao nosso parceiro Defesa Civil/Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás. Para 2024, teremos um grande incremento nesta ação com o aumento no número de localidades monitoradas, reforçando o compromisso desta Secretaria com o monitoramento do Tempo, Clima, Hidrologia e da qualidade do ar.

9879- PONTOS DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE ÁGUA - No decorrer do ano de 2023, foram realizadas ações de monitoramento da qualidade da água em diversos pontos de Goiás, com a realização de coletas e medições em campo, bem como análises laboratoriais.

#### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
14740 - ESTAÇÕES HIDROMETEREOLÓGICAS MONITORADAS / NUMERO	20	25	257.211,63
14760 - EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO LABORATÓRIO DO CIMEHGO E SALA DE SITUAÇÃO ADQUIRIDOS. / NUMERO	20	93	34.266,50
14800 - APLICAÇÃO WEB DE MONITORAMENTO DE FOCOS DE CALOR DESENVOLVIDA. / PERCENTUAL	100,00	100,00	6.670,00
14826 - EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR ADQUIRIDOS / NUMERO	50	1	47.952,58
9879 - PONTOS DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE ÁGUA / NUMERO	23	55	0,00

OBS Estimativa / demanda esperada: Para os casos que o produto for uma prestação de serviço sob demanda da sociedade o físico previsto e uma estimativa e não uma meta

Gerado em: 29/07/2024



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

#### 1011 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

EIXO: GOIÁS DA INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO: MEIO AMBIENTE

**JUSTIFICATIVA:** O Programa se justifica pela necessidade de melhor gestão integrada entre o Estado e os municípios para a preservação da natureza goiana, encerrada, sobretudo, pelo Cerrado e pela Mata Atlântica. É preciso expandir os investimentos na preservação e na regeneração da biodiversidade, de espécies da fauna e da flora e de ecossistemas, em parceria com prefeituras, com o setor privado e com o terceiro setor. Necessário, também, atuar com responsabilidade e governança para fortalecer as unidades de conservação existentes, investindo no uso sustentável dessas áreas, inclusive para o turismo ecológico. Todo o ecossistema da região do Rio Araguaia é um exemplo claro da importância da gestão ambiental. A ação do Estado de Goiás deve ser firme, ampliando as ações preventivas e corretivas relacionadas às mudanças climáticas, estimulando medidas para a redução de emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), ou gás carbônico, na atmosfera. É necessário fortalecer a fiscalização e o monitoramento dos recursos naturais, além do combate aos crimes ambientais. O grau de vulnerabilidade ambiental em áreas com vegetação nativa remanescente não é trivial. Em particular, no nordeste goiano.

**RESULTADO ESPERADO:** Equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais

**VALOR INVESTIDO NO PROGRAMA: R\$ 18.466.326,11**

#### AÇÕES DO PROGRAMA

##### 2035 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O ESTADO DE GOIÁS

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATUAÇÃO:** Promover o desenvolvimento sustentável no estado de Goiás com enfoque em regiões com baixos índices econômicos, sociais e ambientais

##### METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

**VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 878.991,90**

##### PRINCIPAIS RESULTADOS:

14440 - PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA: A ação resultou na implementação do Programa Juntos pelo Araguaia, para o qual foi desenvolvido o projeto conceitual, projeto executivo, mapeamento das áreas prioritárias e edital para credenciamento de entidades a serem cadastradas como instituições executoras do programa.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável conduz o credenciamento das instituições executoras conforme o regramento estabelecido em edital, monitorando a execução dos lotes do projeto por meio de relatórios e reuniões. As empresas patrocinadoras ou participantes contratam diretamente o executor credenciado pela SEMAD.

Após a publicação do edital, a documentação de três instituições foi analisada: STCP Engenharia de Projetos Ltda., PROERG Projetos e Empreendimentos Ltda. e Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental. Apenas a STCP Engenharia de Projetos Ltda e o Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental foram credenciados.

Em relação à execução, destaca-se a adesão da empresa Pilar de Goiás Desenvolvimento Mineral Ltda, por meio da celebração de Termo de Compromisso Ambiental e Conversão de Multas (TCACM) no valor de R\$ 10.097.957,90. Além disso, a empresa Silvéria Transmissão de Energia S.A. aderiu por meio de Termo de Adesão e Compromisso Ambiental, com compensação de 57,19 hectares. Nesse caso, a instituição/empresa participe ou empresa patrocinadora tem a obrigação legal de manifestar formalmente o interesse em aderir ao projeto, informando o valor e o local/lote.

No âmbito do programa, encontra-se em andamento a execução de dois lotes por meio do patrocínio das empresas Anglo American (Lote 1) e Hypera Pharma (Lote 2). O Lote I, com cerca de 100 hectares, foi viabilizado pelo patrocínio de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) pela empresa Anglo American, e o Lote II, com cerca de 230 hectares, foi viabilizado pelo patrocínio de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) pela empresa Hypera Pharma.

Quanto ao Lote 1, já foram realizadas as ações de mobilização com os proprietários, selecionadas as áreas, elaborados os projetos por propriedade e estão em andamento as ações de plantio, monitoramento e manutenção. Em relação à Unidade de Produção, o viveiro localizado no município de Piranhas, 62% das ações de implantação previstas foram executadas. No Lote 2, já foram realizadas as ações de mobilização com os proprietários, selecionadas as áreas, elaborados os projetos por propriedade, executados os plantios e as ações de conservação do solo, e as ações de monitoramento e manutenção estão em andamento.

O Programa está sendo acompanhado pela equipe da Secretaria Geral do Governador - SGG, que realiza reuniões quinzenais. Além disso, foi realizado o mapeamento de riscos e cronogramas de entregas por se tratar de um Programa prioritário do Governo.

A instituição (empresa participe, com obrigação legal, ou empresa patrocinadora) manifestará formalmente o interesse em aderir ao projeto, informando o valor e o local/lote. No âmbito do Programa, há quatro lotes em execução por meio das empresas Anglo American (Lote 1, com 115,32 ha; e Lote 4, com 294,2 ha), Hypera Pharma (Lote 2, com 160,19 ha), Silvéria Transmissão de Energia S.A. (Lote 3, com 57,19 ha). A empresa Rumo Malha Central executará o Lote 5 (400 ha), e o projeto encontra-se na fase de assinatura de contrato com a empresa executora cadastrada.

A Secretaria de Estado realiza o credenciamento das instituições executoras por meio de regramento previsto em edital e acompanha a execução dos lotes do projeto por meio de relatórios e reuniões. A empresa patrocinadora ou participe contrata diretamente o executor credenciado pela Secretaria de Estado.

##### 10645 - PROJETO PILOTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL IMPLEMENTADO - Tocantinzinho

Após todos os trâmites iniciais do Convênio 006/2016/ANA-840445/2016/TRANSFEREGOV.BR, por meio de contratação para implantação das ações de campo já concluídas e em andamento, a exemplo implantar 36 km de cercamento junto ao Parque Estadual Águas do Paraíso sob nº de Contrato 10/2023, com serviços em andamento, com pagamento de 50%, nos restando ainda 02 pagamentos a serem feitos mediante execução da 2ª e 3ª Etapa dos trabalhos de campo, atividades realizadas de 18 km, tendo 50% das atividades concluídas até o final de julho. Como também foi realizado nos dias 13 e 14 de Jun 2023, visita técnica junto aos servidores da ANA, para constatação dos trabalhos oriundos deste convênio.

Ações já realizadas como também das ações anteriores de cercamento (15 e 10 km de cercas). dos terraços/curvas de nível (206 km) e realização de 04 Seminários e 04 Oficinas em 2 e 3 de Dez de 2022.

- Julho: Continuidade do Cercamento Contrato nº 10/2023

- Em Julho houve um incêndio florestal na reserva Legal do Assentamento Silvio Rodrigues, destruindo o cercamento realizado em contrato anterior. Será necessário alterar contrato para atender a nova demanda.

- Em Agosto houve novo incêndio sobre as áreas desse atual contrato, de serviços realizados anteriormente. Contrato possui vencimento em 22/08/2023. Termo de Aditivo do Contrato iniciado.

- Em Setembro houve primeiro termo aditivo e alteração do plano de trabalho

- Em Outubro, Novembro e Dezembro andamento das atividades de cercamento. Com consultas para Cumprir atividade de recuperação de estradas.



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

- Em Dezembro, foi iniciada a articulação para alterar Plano de Trabalho, da atividade (meta 2) Readequação de Estradas Vicinais, para cercamento.

16400 - PROCESSOS VISTOS QUE PASSARAM POR AUTOCOMPOSIÇÃO E LOGRARAM ÊXITO - Com a alteração na legislação goiana, que trata das infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções, foi implementado um mecanismo de autocomposição ambiental no Brasil, impulsionado pelo poder executivo goiano.

Em fevereiro de 2021, foram instituídos os procedimentos de autocomposição ambiental e a realização de audiências para a resolução de conflitos no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás, sendo atualmente responsável a Gerência de Autocomposição Ambiental - SEMAD/GAAM, .

As Audiências de Autocomposição Ambiental é um mecanismo de combate às infrações ambientais, respaldado na Instrução Normativa 013/2021- SEMAD, que vislumbra uma mudança cultural e sistêmica, ou seja, a escuta-ativa do atuado, a urbanidade, a isonomia, a informalidade, oralidade e economia processual. Através do diálogo entre a população goiana e o órgão ambiental estadual, busca-se resolver conflitos por meio do pensamento sistêmico.

Desta forma, as audiências de autocomposição ambiental estabelecem um canal de diálogo e abre possibilidades para evitar que os litígios se estabeleçam, promovendo a célere restauração da questão ambiental envolvida, encerrando sempre que possível os processos administrativos relativos à apuração de infrações administrativas ambientais.

São realizadas audiências de autocomposição ambiental na SEMAD visando estabelecer canais de diálogo abrindo possibilidades para evitar que o litígio se estabeleça, promovendo-se a célere restauração da questão ambiental envolvida, encerrando-se, sempre que possível, os processos administrativos relativos à apuração de infrações administrativas ambientais. Desta forma, a Gerência de Autocomposição Ambiental, possui a meta anual de 600 autocomposições. No exercício deste ano foram vistos aproximadamente 924 processos.

10246 - AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - As ações no mês de janeiro do ano de 2023, ocorreram nos dias 26/01 e 31/01. Realizou-se as divulgações no Dia Mundial da Educação Ambiental e Dia do Engenheiro Ambiental. Produção: GEDEA/Secom - Semad. Ademais, ocorreu o PlanteGO, o qual houve orientações sobre o uso do aplicativo e análise técnica, sobre suas funcionalidades elencando as que precisam ser melhoradas ou implantadas. Além disso, houve a participação do "curso de cercas" dentro do projeto de conservação de água e solo, em Ouro Verde de Goiás, com a realização de registros fotográficos. Ressalta-se ainda a coleta dos papéis A4 no âmbito do Projeto Mobiliza e o levantamento do consumo de descartáveis, copos para água e para café, e de resmas de papéis A4 nos anos 2019, 2020, 2021 e 2022.

Em fevereiro do ano de 2023, aconteceu o apoio na organização do evento da Semana da Água e estabelecimento de parcerias. Além disso, houve a Participação da 1ª Reunião da Virada Ambiental - 2023 e a divulgação do edital de credenciamento do Programa Juntos pelo Araguaia para potenciais empresas executoras.

No mês de março do ano de 2023, nos dias 21/03 a 26/03, realizou a Semana da Água 2023 – uma ação integrada pelas águas do Cerrado. No dia 21/03, aconteceu a ação educativa no Parque Bernardo Élis – "Colibri das Águas" e a aula complementar online com o tema "Aspectos gerais sobre a qualidade das águas: proteção, poluição e monitoramento." Nos dias 22/03 a 23/03, ocorreu evento com painéis técnicos, apresentação de palestras e composição de mesas técnicas. Em 24/03, houve a ação educativa "Jovens Cientistas nos Parques de Goiás", realizada nos Parques Estaduais Altamiro de Moura Pacheco (Peamp) e Serra de Caldas Novas (Pescan), e na Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário de Vida Silvestre Vagafogo. 1.5) 26/03.

Em junho do ano de 2023, aconteceu a corrida em comemoração aos 30 anos do Peamp. No dia 06/06, ocorreu o apoio na realização da ação dos Jovens Cientistas Ambientais de Goiás na Semana de Meio Ambiente, o qual foi submetido o projeto "JOVENS CIENTISTAS DE GOIÁS" à Câmara de Avaliação de Projetos, em que foi aprovado, possibilitando adquirir kits de lanches para o acolhimento dos estudantes e a realização das atividades. A ação aconteceu em diferentes pontos, sendo eles: Parque Telma Ortegale (PETO), Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP), Parque Estadual dos Pirineus (PEP) – Oásis do Cabeludo, Parque Estadual de Terra Ronca (PETER) – Prainha de São Vicente, Área de Proteção Ambiental Dr. Sullivan Silvestre (APA Dr. Sullivan Silvestre), Parque Estadual da Serra de Caldas (PESCAN), Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA) e Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ). Em 14/06, ocorreu o Primeiro Encontro de Educação Ambiental - uma ação integrada por Goiás no FICA (24º FICA). No dia 15/06, aconteceu a realização da Caravana do Expresso Ambiental no FICA: Uma ação integrada por Goiás em que foram realizadas atividades educativas, doação de mudas e exposição de jogos. Do dia 27/06 a 30/06, aconteceu atendimento em Aruanã (repete as ações do item 1 de julho/2023) e realização da maratona dos bombeiros mirins "Anjos do Araguaia", com ações educativas para conhecimento do ecossistema dos parques estaduais, coleta seletiva e práticas sustentáveis que quando realizadas permitem atingir o objetivo, nesse contexto, e ganhar o jogo.

No mês de julho, aconteceu a realização de atividades educativas na Quinta Mostra Ambiental e Cultural da Cidade Ocidental. Nos dias 06/07 a 10/07, ocorreu a organização e apoio das atividades da Semad em Aruanã na Temporada do Araguaia 2023. Foram realizadas ações educativas com orientações sobre a legislação da pesca no âmbito estadual, quanto ao descarte dos resíduos sólidos e emissão da carteira de pesca. Ocorreram a entrega de réguas de pesca e sacos de lixo. Além disso, houve a emissão da carteira de pesca das pessoas isentas e auxílio na solicitação da carteira de pesca das pessoas interessadas. As ações foram desenvolvidas em quatro frentes: ponto de apoio (base), visita aos acampamentos, blitz nas barreiras e atendimento nos portos. Ademais, nos dias 13/07 a 17/07, aconteceu atendimento no Distrito de Luiz Alves, o qual foram realizadas ações educativas, como orientações sobre a legislação da pesca no âmbito estadual, entrega de réguas de pesca, entrega de sacos de lixo e orientação quanto ao descarte dos resíduos sólidos, e orientação para a emissão da carteira de pesca. Emissão da carteira de pesca das pessoas isentas e auxílio na solicitação da carteira de pesca das pessoas interessadas. As ações foram desenvolvidas em quatro frentes: ponto de apoio (base), visita aos acampamentos, blitz nas barreiras e atendimento nos portos. No dia 13/07, ocorreu a entrega de réguas de pesca, sacos de lixo e doação de 200 mudas à prefeitura de Nova Crixás. Também foi realizado o plantio de mudas na cidade de Bandeirantes, parceria entre a Semad, Prefeitura de Nova Crixás e os Bombeiros, no âmbito do Projeto com os Bombeiros Mirins "Anjos do Araguaia". Além do mais, no dia 14/07, aconteceu o plantio de mudas na cidade de Aruanã, viabilizado por meio da parceria entre a Semad, Saneago, Prefeitura de Aruanã e Bombeiros, no âmbito do Projeto com os Bombeiros Mirins "Anjos do Araguaia". Doação de mudas aos bombeiros mirins e a população durante o Arena Record. Do dia 20 a 24/07, foram realizadas ações educativas, como orientações sobre a legislação da pesca no âmbito estadual, entrega de réguas de pesca, entrega de sacos de lixo e orientação quanto ao descarte dos resíduos sólidos, e orientação para a emissão da carteira de pesca. Emissão da carteira de pesca das pessoas isentas e auxílio na solicitação da carteira de pesca das pessoas interessadas. As ações foram desenvolvidas em quatro frentes: ponto de apoio (base), visita aos acampamentos, blitz nas barreiras e atendimento nos portos. No dia 22/07, ocorreu a realização da ação dos Jovens Cientistas Ambientais de Goiás, com alunos da rede estadual de ensino do Colégio Melquiades Victor de Oliveira, na cidade de Aragarças.

14820 - CAPACITAÇÕES - REALIZAÇÃO DE CURSOS, WEBINARS E PROJETOS PROPOSTOS NA SECRETARIA -

No mês de janeiro ocorreu o PlanteGO, no qual se obteve orientações sobre o uso do app e elaboração do manual de instruções sobre o acesso do app por pessoas jurídicas.

Em fevereiro, houve o apoio na organização do evento da Semana da Água e estabelecimento de parcerias e a divulgação do edital de credenciamento do Programa Juntos pelo Araguaia para potenciais empresas executoras.

No mês de Março, nos dias de 21 a 26/03, ocorreu a realização da Semana da Água 2023 – uma ação integrada pelas águas do Cerrado. Além disso, no dia 24/03, ocorreu a Ação educativa "Jovens Cientistas nos Parques de Goiás", realizada nos Parques Estaduais Altamiro de Moura Pacheco (Peamp) e Serra de Caldas Novas (Pescan), e na Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário de Vida Silvestre - Vagafogo.

Em Junho, no dia 06/06, ocorreu o apoio na realização da ação dos Jovens Cientistas Ambientais de Goiás na Semana do Meio Ambiente, com submissão de projeto à Câmara de Avaliação de Projetos para viabilizar a execução das atividades. A ação aconteceu em diferentes pontos, sendo eles: Parque Telma Ortegale (Peto), Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (Peamp), Parque Estadual dos Pirineus (PEP) – Oásis do Cabeludo, Parque Estadual de Terra Ronca (Peter) – Prainha de São Vicente, Área de Proteção Ambiental Dr. Sullivan Silvestre (APA Dr. Sullivan Silvestre), Parque Estadual da Serra de Caldas (Pescan), Parque Estadual da Mata Atlântica (Pema) e Parque Estadual da Serra de Jaraguá (Pesi). OBS: Aconteceu no local informado ou em áreas próximas.

No dia de 14/06, realizou o I Encontro de Educação Ambiental - uma ação integrada por Goiás no FICA (24.ª edição do FICA). Além disso, ocorreu a realização da ação dos Jovens Cientistas Ambientais de Goiás, com alunos da rede estadual de ensino, no Parque da Carioca na Cidade de Goiás.

No dia 15/06, ocorreu a realização da Caravana do Expresso Ambiental no FICA: Uma ação integrada por Goiás. Foram realizadas atividades educativas, doação de mudas e exposição de jogos.

No dia 30/06, ocorreu a realização de atividades educativas na 5.ª Mostra Ambiental e Cultural da Cidade Ocidental/GO.



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

Nos dias 06 a 10/07, ocorreu a organização e apoio das atividades da Semad em Aruanã na Temporada do Araguaia 2023. Foram realizadas ações educativas, como orientações sobre a legislação da pesca no âmbito estadual; entrega de réguas de pesca; entrega de sacos de lixo e orientação quanto ao descarte dos resíduos sólidos; e orientação para a emissão da carteira de pesca. Foram emitidas as carteiras de pesca das pessoas isentas interessadas, e fornecido auxílio na solicitação da carteira de pesca, daqueles que, apesar de não estarem na categoria dos isentos, possuíam alguma dificuldade para fazer a solicitação. As ações foram desenvolvidas em quatro frentes: ponto de apoio (base), visita aos acampamentos, blitz nas barreiras e atendimento nos portos.

Nos dias 13 a 17/07, houve atendimento no Distrito de Luiz Alves (repete as ações do item 1 de julho/2023).

No dia 13/07, ocorreu a entrega de réguas de pesca, sacos de lixo e doação de 200 mudas à prefeitura de Nova Crixás. Também foi realizado o plantio de mudas na cidade de Bandeirantes, parceria entre a Semad, Prefeitura de Nova Crixás e os Bombeiros, no âmbito do Projeto com os Bombeiros Mirins "Anjos do Araguaia".

No dia 14/07, houve o plantio de mudas na cidade de Aruanã, viabilizado por meio da parceria entre a Semad, Saneago, Prefeitura de Aruanã e Bombeiros, no âmbito do Projeto com os Bombeiros Mirins "Anjos do Araguaia". Ademais, houve a doação de mudas aos bombeiros mirins e a população durante o Arena Record.

Nos dias 20 a 24/07, realizou um atendimento em Aragarças (repete as ações do item 1 de julho/2023).

No dia 22/07, ocorreu a realização da ação dos Jovens Cientistas Ambientais de Goiás, com alunos da rede estadual de ensino do colégio Melquiades Victor de Oliveira, na cidade de Aragarças.

Nos dias 27 a 30/06, realizou atendimento em Aruanã (repete as ações do item 1 de julho/2023) e realização da maratoninha dos bombeiros mirins "Anjos do Araguaia", com ações educativas para o conhecimento do ecossistema dos parques estaduais, coleta seletiva e práticas sustentáveis que quando realizadas permitem atingir o objetivo, nesse contexto, ganhar o jogo.

Nos dias 25/08 a 06/09, aconteceu o lançamento do edital do concurso de fotografias "Água, Clima e Cerrado: Pessoas", julgamento e resultado.

Nos dias 10/09 a 13/09, houve a exposição das fotos do concurso de fotografias "Água, Clima e Cerrado: Pessoas", no âmbito do Seminário Internacional Águas para o Futuro. Além disso, no dia 10/09, ocorreu a Cerimônia de premiação do concurso de fotografias, sendo realizada articulação com as escolas estaduais dos municípios de Rio Quente e Caldas Novas, para viabilizar a participação dos alunos inscritos no concurso. Cerca de 47 alunos participaram da cerimônia.

No dia 21/09, aconteceu a participação do evento em comemoração ao dia da árvore. Fortalecimento da parceria entre esta instituição e a Seduc, oportunidade em que foram doadas 300 mudas pela Semad e realizados os plantios de 30 mudas no lago de Hidrolândia. O evento contou com a presença de autoridades, estudantes da rede estadual de ensino e os Embaixadores do Cerrado.

Em 29/09, ocorreu a realização da Ação Jovens Cientistas Ambientais de Goiás no âmbito do Programa Águas de Cora. A ação contou com a participação de 40 estudantes da rede estadual de ensino do município de Corumbá.

No dia 27/10, ocorreu a entrega dos materiais (garrafas e canecas) de uso individual aos colaboradores da Semad. A ação foi realizada no âmbito do projeto Mobiliza Semad, cujo objetivo é incentivar a sustentabilidade ambiental no ambiente profissional.

Em Novembro, houve a realização do evento Diálogos Ambientais Regionais e lançamento e entrega do livro, fruto do projeto e o Lançamento do projeto Galera do Cerrado, com a entrega dos termos de posse, kits personalizados e realização das atividades educativas promovidas pela Semad em parceria com a Secti e a Seduc.

#### 10701 - ASSESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL REALIZADO

No decorrer deste ano, foi elaborado e disponibilizado no site da SEMAD, especificamente na página da Gerência de Apoio aos Municípios e Credenciamento para o Licenciamento Ambiental, o "Guia de Perguntas Frequentemente e Respostas Padronizadas". Este guia contém 26 perguntas e respostas que abordam temas que geralmente apresentam maior dificuldade de entendimento para os municípios, usuários e consultores. As perguntas abordam tópicos frequentemente questionados pelos municípios, como autorização de conversão do uso do solo, limpeza de área, licença corretiva, corte de árvores isoladas, registro de atividades, fiscalização, taxas. Além disso, foi realizada a atualização do status do credenciamento ambiental municipal e foram publicadas 28 novas resoluções de credenciamento para o licenciamento municipal de atividades de impacto local. Isso resultou em um total de 42 municípios credenciados em nível 1 e 56 municípios credenciados em nível 2.

#### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
10246 - CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA USUÁRIOS DE RECURSOS NATURAIS REALIZADA / NUMERO	4	7	124.246,06
10645 - PROJETO PILOTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL IMPLEMENTADO / PERCENTUAL	1,00	1,00	733.079,16
10701 - ASSESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL REALIZADO / NUMERO	500	2.824	1.666,66
14440 - PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA IMPLEMENTADO / PORCENTAGEM	20,00	9,46	1.666,70
14820 - INSTITUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS CAPACITADAS / NUMERO	4	2	1.666,66
16400 - PROCESSOS QUE PASSARAM POR AUTOCOMPOSIÇÃO E LOGRARAM ÊXITO / NUMERO	600	1.218	16.666,66

#### 2037 - GESTÃO E PROTEÇÃO DA FAUNA E FLORA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

#### ATUAÇÃO:

Estabelecer instrumentos e ferramentas para viabilizar a gestão, monitoramento e fiscalização compartilhada dos recursos faunísticos e pesqueiros, por meio de parceria com o IBAMA e outras instituições. Ordenar e intensificar as atividades de preservação, conservação, recuperação e proteção da diversidade Biológica, vegetal e animal, e manter o equilíbrio ecológico dos ecossistemas de domínio do Estado.

#### METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 69.800,00

#### PRINCIPAIS RESULTADOS:

10244 - AUTORIZAÇÕES PARA O USO E MANEJO DA FAUNA ANALISADAS - O produto trabalha ativamente ao lado dos empreendimentos de uso e manejo da fauna silvestre in situ e ex situ, garantindo celeridade ao processo autorizativo, promovendo medidas que visem evitar ou minimizar impactos negativos sobre a diversidade biológica natural e prevenir a degradação ambiental como um todo. Como consequências da falta de gestão desses empreendimentos, tem-se o estímulo ao comércio ilegal ou irregular de animais silvestres e a involução de projetos de conservação destinados à fauna silvestre. Há 45 (quarenta e cinco) Empreendimentos de Uso e Manejo de Fauna Silvestre em Cativeiro sob gestão da SEMAD, entre eles, Zoológicos e Criadouros Comerciais de Fauna Silvestre, que demandam, não só de solicitações para autorizações de funcionamento e operação, como também de operações para gestão de seus plantéis. A Gerência de Autorizações e Acompanhamento para Fauna é responsável pela análise de solicitações para autorizações de manejo de fauna silvestre em vida livre, com o objetivo de implementação de estudos no âmbito do licenciamento ambiental e para ações de conservação e resgate de fauna. Foram em tempo, respondidas 100% das solicitações para uso e manejo de fauna silvestre.

14822 - EMPREENDIMENTO COM USO E MANEJO DE FAUNA FISCALIZADO (IN 01/2021-SEMAD) - Neste produto os empreendimentos de Uso e Manejo Fiscalizados in loco ocorrem ao menos uma vez ao ano. Assim, para que a meta anual estabelecida no PPA fosse atingida, foi elaborado o Cronograma de Fiscalização da Gerência de Conservação, Biodiversidade Fauna para o ano de 2023, contendo programação de datas e rotas para fiscalização, ao longo de todos os meses. O cronograma de fiscalizações teve início no mês de fevereiro e a meta do mês de janeiro foi compensada ao longo dos meses subsequentes.

Até o mês de novembro, a Gerência Conservação, Biodiversidade e Fauna realizou 103 (cento e três) diligências fiscalizatórias, sendo 39 (trinta e nove) delas destinadas a empreendimentos de uso e manejo de fauna.

Até o final do ano de 2023, 100% dos Empreendimentos de Uso e Manejo de Fauna serão fiscalizados ao menos uma vez durante o ano.

10245 - CADASTRO DA CRIAÇÃO AMADORA DE PASSERIFORME HOMOLOGADOS - Atualmente, no Estado de Goiás, há cerca de 7.000 (sete mil) criadores amadores de passeriformes silvestres, nativos e ativos no Sistema de Gestão de Criadores de Passeriformes Silvestres – SISPASS/IBAMA. Todos esses criadores carecem, de alguma maneira, atenção da equipe de fauna da SEMAD, seja para apoio técnico de sistema informatizado, seja para controle e gestão ou até mesmo fiscalização. Foram atendidas em tempo e analisadas, 100% das solicitações para cadastro de criação amadorista. A consideração de porcentagem, refere-se aos solicitantes aptos.

14422 - PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE ELABORADO - O Plano Estadual de Conservação da Fauna Silvestre tem como objetivos gerais:

1. Formular estratégias de conservação de espécies silvestres nativas;
2. Propor ações de recuperação de populações de espécies da fauna silvestre nativa;
3. Identificar e propor soluções relacionadas a ameaças às espécies de fauna silvestre nativa;
4. Desenvolver política de pagamento por serviços ambientais.

A elaboração do plano encontra-se em andamento, assim como os projetos que o compõem. Um dos principais objetivos específicos e também estratégicos do Plano, é realizar o mapeamento de ocorrências de espécies de animais silvestres nativos, estimativas populacionais, identificação de maiores pressões e ameaças, e encontra-se em avançada execução com a elaboração da lista de ocorrência de espécies da fauna do Estado de Goiás. Outros importantes dados sobre a fauna silvestre do Estado de Goiás virão a partir da compilação de dados de ocorrência de espécies de fauna e flora em estudos gerados para o licenciamento ambiental e estudos científicos desenvolvidos em unidades de conservação estaduais, ainda em fase final de contratação de instituição de pesquisa para execução. Concluídos os estudos sobre ocorrência de espécies da fauna e, após mapeado os remanescentes vegetais do Estado de Goiás, que também é um dos objetivos específicos do Plano, será possível identificar áreas que sofrem maior pressão para supressão vegetal e inter relacionar obrigações e necessidades de ações do Estado para a preservação das espécies de ocorrência na região. Dessa forma, os outros objetivos já delineados para o Plano serão igualmente alcançados. Portanto, partes importantes do plano já foram desenhadas e postas em execução. Para acelerar a elaboração do Plano, será desenvolvido um Plano de Trabalho para contratação, via Autocomposição ou Compensação Ambiental, de uma empresa de consultoria.

10640 - SOLICITAÇÕES DE CONVERSÃO DE USO DO SOLO (SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA) ANALISADAS - As principais entregas relativas à este produto se referem à liberação de autorização para supressão de vegetação nativa, com vista a instalação de empreendimentos minerários, agropecuários ou industriais que geram renda e receita para o estado, bem como para a instalação de infraestrutura pública, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de nosso estado. Até o mês de novembro deste ano, foram analisadas aproximadamente 913 solicitações de conversão de uso do solo.

#### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
10244 - AUTORIZAÇÕES PARA O USO E MANEJO DA FAUNA ANALISADAS / PERCENTUAL	100,00	100,00	41.790,00
10245 - CADASTRO DA CRIAÇÃO AMADORA DE PASSERIFORME APTO HOMOLOGADO / PERCENTUAL	100,00	100,00	2.000,00
10640 - SOLICITAÇÕES DE CONVERSÃO DE USO DO SOLO (SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA) ANALISADAS / NUMERO	300	97	12.005,00
14422 - PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE ELABORADO / PORCENTAGEM	10,00	1,00	12.005,00
14822 - EMPREENDIMENTO COM USO E MANEJO DE FAUNA FISCALIZADO (IN 01/2021-SEMAD) / PERCENTUAL	60,00	17,50	2.000,00



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTACÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

#### 2038 - LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATUAÇÃO:** Implementar e revisar os instrumentos utilizados para o licenciamento e acompanhamento do desempenho ambiental dos empreendimentos passíveis de licenciamento, reduzindo o tempo de análise e possibilitando uma resposta rápida nos casos em que a degradação ambiental é iminente.

#### METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

**VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 10.097.577,49**

#### PRINCIPAIS RESULTADOS:

14880 - NOVO SISTEMA DE LICENCIAMENTO IMPLANTADO - IPÊ

Não houve meta prevista para o ano de 2023, pois o obteve a realização de 100%. No entanto, houve desembolso financeiro, pois trata-se de módulo adicionais, executados no ano de 2023, dentro do sistema de Licenciamento Implantado - IPÊ. Sendo os seguintes módulos:

- Retificação de Licença - Alteração de Responsável Técnico e Responsável Legal;
- Cadastro de Imóvel - Declaração ambiental do imóvel (Solicitação, Renovação de Certidão e Aditivo do TCA), Autorização de Servidão Ambiental (DAI e Licenciamento) e Alteração de Titularidade do Imóvel;
- Auditoria no sistema - Auditoria de inclusões, alterações e exclusões;
- Funcionalidade do papel de preenchedor do empreendimento;
- Registro de Atuação nas Condicionantes;
- Autorização de Fauna;
- Validações Geométricas;

14827 - PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO SETOR PRIMÁRIO ANALISADOS (Sistemas SGA e IPÊ)

Este produto está relacionado à eficiência na análise dos processos de licenciamento ambiental formalizados na Semad, de forma que todos os processos que são protocolados são analisados o mais rápido possível, evitando, com isso, a formação de passivo de processos. A celeridade na análise dos processos é de extrema importância para sociedade, pois atrai investimentos para o estado e evita que empreendimentos potencialmente poluidores se instalem ou operem sem o devido licenciamento, garantindo a concepção sustentável dos empreendimentos no estado.

A análise processual para a instalação ou operação de empreendimentos licenciáveis nos setores industrial, mineral e agropecuário (criações de animais) é de extrema importância para a efetiva sustentabilidade no uso dos recursos ambientais em função do desenvolvimento econômico do estado. Na qual intermédia entre a produção e desenvolvimento econômico no uso dos recursos ambientais, tais como solo e água, bem como estabelece ações mitigatórias a serem executadas nos empreendimentos licenciáveis, estabelecendo dessa forma a proteção do meio ambiente, a prevenção de desastres ambientais, a promoção do desenvolvimento sustentável, o cumprimento da legislação vigente, o estímulo à inovação em busca de novas tecnologias e práticas no desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes. Em resumo, o licenciamento ambiental desempenha um papel crucial na proteção do meio ambiente, na promoção do desenvolvimento sustentável e no cumprimento das obrigações legais, contribuindo para um mundo mais equilibrado e saudável para as gerações presentes e futuras. Foram analisados no decorrer deste ano 1.033 processos de licenciamento ambiental.

10686 - PROCESSOS DE EMPREENDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MONITORADOS

Trata-se do produto do acompanhamento dos processos licenciados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), e tem como objetivo garantir que as condicionantes estabelecidas estejam em conformidade, a fim de controlar impactos negativos e garantir a sustentabilidade das atividades realizadas. As licenças ambientais são emitidas com base em leis e regulamentos específicos. O não monitoramento pode acarretar impactos negativos como: poluição do ar, da água e do solo, desmatamento, entre outros. O descumprimento das condicionantes pode levar à aplicação das sanções previstas em lei até mesmo a recomendação da suspensão da atividade. O acompanhamento é realizado por meio de análise documentais e fiscalizações em campo, quando necessário, alcançando um grande avanço podendo ser acompanhado no processo do sistema SEI 202300017000027. Ressalta que além dos processos licenciados, a Gerência acompanha os Termos de Compromisso Ambiental firmado nesta Secretaria.

13600 - FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REALIZADA

Trata-se do produto de acompanhamento dos processos outorgados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), e tem como objetivo garantir o uso racional da água e garantir a disponibilidade para as necessidades como: abastecimento público, industrial, irrigação, entre outros. O não acompanhamento poderá acarretar situações como: desabastecimento público e o comprometimento das atividades de agropecuária e indústria. Atualmente a fiscalização estava sob a responsabilidade de outra gerência, no entanto com a reforma administrativa esta demanda encontra-se sob a responsabilidade da Gerência de Pós Licença e Pós Outorga. Informo que não houve avanços no acompanhamento das condicionantes estabelecidas na outorga. Ressalta-se que está em fase de construção o plano de fiscalização de recursos hídricos, visando principalmente bacias hidrográficas que tem maior quantidade de usos outorgados.

10641 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL REESTRUTURADA E IMPLEMENTADA - No que se refere ao Produto Compensação Ambiental Reestruturada e Implementada, temos 3 (três) projetos propostos, subdivididos em 13 atividades. Foram concluídos 2 (dois) projetos, sendo 11 atividades implementadas. Os projetos concluídos foram os da Regulamentação do Processo de Gestão e Execução dos

Recursos de Compensação Ambiental (IN 002/2021 e Decreto Estadual 9710/2020), e a regulamentação (Decreto n 9.710/2020) e elaboração de Termo de Referência para implementação dos Fundos de Compensação Ambiental Conversão de Multas e Recursos Hídricos. Sobre as ações desenvolvidas pela GECOR, houve o incremento da produtividade e do número de processos analisados. Conforme previsto no PPA 2020-2023, o resultado alcançado para o produto Compensação Ambiental Reestruturada e Implementada foi de 88,46%. As 2 atividades restantes, relacionadas ao projeto "Criação do módulo de compensação ambiental dentro do sistema informatizado de licenciamento ambiental", estão na fila de prioridades do setor de TI da SEMAD para a sua entrega no ano de 2024. Ressalta-se que foram gastos recursos financeiros com diária para viabilização de ações, visando o mapeamento de requisitos para o desenvolvimento do sistema em questão.

10642 - AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE PRÁTICAS ILEGAIS REALIZADA - Até novembro de 2023, foram realizadas, de forma expedita, 586 ações de fiscalização ambiental no combate às ilicitudes ambientais. Ademais foram realizadas 12 operações temáticas de fiscalização ambiental em que foi levantado via equipe de inteligência demandas ambientais ao redor do Estado de Goiás. Ações como essas promovem segurança ambiental à população, uma vez que os desmatamentos adotados contribuem com a política de redução de gases intensificadores de efeito estufa, bem como garantem a continuidade dos serviços ecossistêmicos como regulação do ciclo hidrológico e do clima; aumento da qualidade do ar, a partir do sequestro de carbono; contenção da sedimentação e assoreamento nos cursos d'água; contenção da erosão; purificação e qualidade da água; e controle do fluxo de água, reduzindo ocorrência de enchentes. Já as ações náuticas de combate a pesca predatória, garantem não somente a perpetuação das espécies de fauna aquática, como também a segurança alimentar dos povos ribeirinhos. Como exemplo foi realizada a Operação Temporada Araguaia 2023 entre junho e julho.



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

#### 15962 - IMPLEMENTAÇÃO DOS APLICATIVOS SEMAD

Os dados e informações ambientais geoespaciais construídos, geram maior confiabilidade e celeridade nas análises e ficam todos disponíveis no SIGA para uso interno e externo. Com o Modelo de Gestão de Informações Ambientais sistematizado e implementado, está sendo possível fiscalizar com maior celeridade os desmatamentos que ocorrem em Goiás. Além disso, graças a essa sistematização, os flagrantes estão aumentando significativamente. Os aplicativos Semad Denúncia, Semad Fiscalização e Semad Consulta estão em fase final de desenvolvimento e ajustes finos pela empresa contratada via compensação ambiental.

#### 10643 - MODELO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS IMPLEMENTADO E 10644 - DADOS E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS GEORREFERENCIADAS

Os dados e informações ambientais geoespaciais construídos através do auxílio de imagens de satélites disponibilizadas em tempo real, não apenas gera, maior confiabilidade, mas também acelera as análises, estando todos disponíveis no Sistema de Informações Geográficas Ambientais do Estado de Goiás - SIGA para uso interno e externo. Com o Modelo de Gestão de Informações Ambientais sistematizado e implementado, é possível fiscalizar os desmatamentos que ocorrem em Goiás com maior celeridade. Como resultados dessa sistematização, observamos que os flagrantes estão aumentando significativamente, como por exemplo o desmatamento no município de Buenolândia e na propriedade rural em Mara Rosa, que foram descobertos em um período de 24 horas.

#### SERVIÇOS PÚBLICOS/ ESTIMATIVA/ DEMANDA ESPERADA

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
10642 - AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE PRÁTICAS ILEGAIS REALIZADA / NUMERO	600	643	0,00

#### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
10641 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL RESTRUTURADA E IMPLEMENTADA / PERCENTUAL	0,00	0,00	17.500,00
10643 - MODELO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS IMPLEMENTADO / PERCENTUAL	100,00	100,00	0,00
10644 - DADOS E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS GEORREFERENCIADAS / NUMERO	26	425	17.500,00
10686 - PROCESSO DE EMPREENDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MONITORADO / NUMERO	550	792	5.850.330,44
14827 - PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO SETOR PRIMÁRIO/SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO ANALISADOS / NUMERO	1.000	2.116	796.429,01
14880 - NOVO SISTEMA DE LICENCIAMENTO IMPLANTADO - IPÊ / PERCENTUAL	0,00	0,00	3.396.189,62
15962 - IMPLEMENTAÇÃO DOS APLICATIVOS SEMAD / PERCENTUAL	18,00	18,00	19.628,42

#### 2039 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATUAÇÃO:** Analisar e gerir o Cadastro Ambiental Rural, identificar as áreas com passivo ambiental e incentivar a regularização ambiental por meio de ação que propicie a regularização ambiental. Consolidar e gerir o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e ampliar a área protegida do Estado de Goiás visando a proteção da biodiversidade do cerrado.

#### METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

**VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 7.419.956,72**

#### PRINCIPAIS RESULTADOS:

10637 - CADASTROS AMBIENTAIS RURAIS ANALISADOS - O Cadastro Ambiental Rural é um importante registro nacional obrigatório para todos os imóveis rurais. A sua importância se destaca em transferências imobiliárias, contratação de crédito agrícola e solicitação de licenciamento ambiental. Além disso, o cadastro integra a base de dados de controle, monitoramento, planejamento ambiental, econômico e combate ao desmatamento. Os dados declarados no CAR em Goiás precisam passar por validação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No decorrer deste ano, foram analisados em média 430 cadastros ambientais rurais.

10241 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA REALIZADA - Antes da vigência do Plano Plurianual 2020/2023, algumas unidades de conservação já possuíam a regularização fundiária concluída. Sendo elas:

- Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCAN);



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTACÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

- Parque Estadual dos Pirineus (PEP) - sendo que 100% de sua área é de posse do Estado de Goiás, onde 8,06% da área está aguardando decisão judicial quanto aos valores dos imóveis (processos 201300017000594, 201300017000583 e 201300017000593);

- Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP);

- Parque Estadual Telma Ortegal (PETO);

- Parque Estadual do João Leite (PEJOL);

- Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR);

- Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João (ARIE São João).

As demais UC's apresentam a seguinte percentagem de área regularizada:

- Parque Estadual de Terra Ronca (PETER) = 61,95%;

- Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ) = 11,12%;

- Parque Estadual de Paraúna (PEPA) = 18,35%;

- Parque Estadual do Araguaia (PEA) = 50,48%;

- Parque Estadual da Serra Dourada (PESD) = 0%;

- Parque Estadual de Águas Lindas (PEAL) = 0%;

- Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA) = 29,61%;

- Parque Estadual Águas do Paraíso (PEAP) = 0%;

- Floresta Estadual do Araguaia (FEA) 52,87%.

No ano de 2023 foram realizadas 6 (seis) viagens para tratativas e negociação de imóveis rurais junto aos seus proprietários, o que culminaram no gasto com diárias. Entretanto, não foram adquiridas propriedades neste ano, visto as negativas dos proprietários.

#### 10222 - PLANO DE USO PÚBLICO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONFECCIONADO -

Na metodologia antiga para a confecção de Planos de Manejo de Unidades de Conservação (UCs), cuja categoria previa o uso público, era adotada em larga escala em todo o Brasil e era tratado dentro do plano como um programa de manejo específico. Com a utilização de uma nova metodologia para a confecção de Planos de Manejo e revisão dos planos existentes, o Uso Público passou a contar um Plano Específico, cujo nome é Plano de Uso Público (PUP). O PUP é elaborado ao mesmo tempo ou após a confecção do Plano de Manejo, sendo que suas diretrizes se baseiam no zoneamento e regramentos estabelecidos no Plano de Manejo. Diante dos apontamentos acima, algumas UCs do Estado de Goiás possuem Planos de Manejo vigentes em que o Uso Público é um programa e há Plano de Uso Público feito especificamente, sendo os seguintes:

1. Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCAN) - Plano de Manejo e Plano de Uso Público aprovados pela Portaria nº 53/2023;

2. Parque Estadual de Terra Ronca (PETER) - Plano de Manejo aprovado pela Instrução Normativa nº 10/2021;

3. Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP) - Plano de Manejo aprovado pela Instrução Normativa nº 09/2021;

4. Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR) - Plano de Manejo aprovado pela Portaria nº 306/2017.

Na SEMAD o processo de confecção dos Planos de Uso Público (PUPs) teve sua metodologia selecionada e aprovada pela SUCRA no final de 2020. Para tanto, segue abaixo relação dos PUPs em elaboração ou com início previsto:

1. Parque Estadual de Terra Ronca (PETER): iniciou a confecção do Plano de Uso Público em Maio/2021, através de recursos de Compensação Ambiental, processo 201800017002555. Encontra-se em fase final de revisão;

2. Parque Estadual de Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP) e o Parque Estadual do João Leite (PEJOL): iniciou a confecção do Plano de Uso Público em Junho/2021, através de recursos de Compensação Ambiental, processo 201900017005219. Encontra-se concluído e aguarda aprovação;

3. Parque Estadual de Paraúna (PEPA): iniciou a confecção do Plano de Uso Público em Maio/2021, através de recursos de Compensação Ambiental, processo 201900017006123. Encontra-se paralisado, pois está em andamento processo de redelimitação do PEPA;

4. Parque Estadual Águas do Paraíso (PEAP): terá o Plano de Uso Público elaborado com recursos de Compensação Ambiental, processo 202000017007971;

5. Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA): foi confeccionado Plano de Manejo, com base em metodologia antiga, através do processo 201800017002691. Desta forma, o Plano de Uso Público do Parque Estadual da Mata Atlântica está totalmente contemplado no Plano de Manejo do citado parque, através do Programa de Uso Público. Encontra-se concluído e aguarda aprovação;

6. Parque Estadual Telma Ortegal (PETO): iniciou a confecção do Plano de Uso Público em Outubro/2022, através de recursos de Compensação Ambiental, processo 202000017006546. Encontra-se em elaboração;

7. Parque Estadual dos Pirineus (PEP): há recurso de Compensação Ambiental disponível para elaboração do plano, processo 201900017008758. Aguardando celebração do Termo de Compromisso, para início da elaboração do PUP.

#### 10220 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM PLANOS DE MANEJO ELABORADOS E IMPLEMENTADOS

A SEMAD é responsável pela gestão de 24 unidades de conservação. Conforme a Lei n.º 14.247/2022 (SEUC), toda unidade de conservação deve possuir o seu Plano de Manejo, elaborado no prazo máximo de dois anos, a partir da data de sua criação. O Plano de Manejo (PM) é o documento técnico mediante o qual com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade de conservação, devendo ser aprovado em portaria do órgão executor. A meta pactuada neste PPA é de 19 UC's com Plano de Manejo elaborados e implementados. No período de 2019 a 2022 a SEMAD aprovou 03 planos de manejo (Parque Estadual da Serra de Caldas Novas/Instrução Normativa nº 8/2021; Parque Estadual de Terra Ronca/Instrução Normativa n.º 10/2021 e Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco/Instrução Normativa n.º 09/2021).

No período de 2022 a 2023, a SEMAD revisou o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas e o aprovou por meio da PORTARIA Nº 53, de 24 de fevereiro de 2023.

Está em andamento a elaboração e/ou revisão de 15 planos de manejo, sendo: Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA), Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP)/Parque Estadual do João Leite (PEJOL), Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR), Área de Proteção Ambiental da Serra Geral de Goiás (APA Serra Geral), Parque Estadual dos Pirineus (PEP), Área de Proteção Ambiental dos Pirineus (APA Pirineus), Parque Estadual de Paraúna (PEPA), Área de Proteção Ambiental da Serra das Galés e da Portaria (APA Serra das Galés), Parque Estadual Telma Ortegal (PETO), Parque Estadual Águas do Paraíso – (PEAP), Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto (APA Pouso Alto) e Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João, Parque Estadual do Araguaia (PEA), Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ) e Parque Estadual da Serra Dourada (PESD). Como também já foram destinados recursos para elaboração de outros 02 PM (APA Dr. Sullivan Silvestre e APA da Serra da Jiboia) e que aguardam a tramitação regular dos processos.

O Plano de Manejo Espeleológico do Parque Estadual de Terra Ronca também foi elaborado e aprovado em 2023 pela Portaria nº 496/2023.

O processo de elaboração e aprovação de Plano de Manejo é longo e envolve a realização de diagnósticos técnicos, participação social (conselho consultivo), aprovação técnica e jurídica e a realização de ampla consulta pública para a definição da Zona de Amortecimento, nos casos das categorias em que esta é exigida. Dessa forma, os planos de manejo estão em fase de elaboração e não estão oficialmente aprovados por Portaria, por isto não podem ser contabilizados como meta alcançada.

#### 13580 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MANTIDAS



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, na qualidade de órgão central do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Lei n.º 14.247/2002), tem entre as suas funções, propor a criação e administrar as unidades de conservação estaduais. Atualmente, a Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Emergências Ambientais é responsável pela gestão de 24 unidades de conservação, das quais 10 são do grupo de uso sustentável (08 APAs, 01 Floresta e 01 ARIE) e 14 são do grupo de proteção integral (13 Parques e 01 Estação Ecológica), totalizando 1.272.840,13 ha de áreas protegidas.

A Superintendência de Unidades de Conservação e Regularização Ambiental, por meio das Gerências de Implantação e Manejo de Unidades de Conservação e Gerência de Criação, Regularização Fundiária e Suporte a Gestão de UCs, na qualidade de departamento responsável pela gestão das unidades de conservação, são incumbidas de desempenhar suas funções nas Unidades de Conservação. No entanto, estes estão envolvidos com atividades de proteção, monitoramento, fiscalização, serviços administrativos, atendimento ao público, entre outros, que estão diretamente vinculados à gestão dessas áreas protegidas. A meta pactuada neste PPA é de 24 UC's mantidas, isto é, implementadas. Dessa forma, considerando todas as ações desenvolvidas pela SEMAD, no que se refere a gestão de unidades de conservação, entendemos que todas as 24 UC's estão minimamente atendidas, alcançando-se a meta estabelecida no exercício deste ano.

Nesse período foram adquiridos para as unidades de conservação bens dos mais diversos segmentos, como móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, ferramentas, insumos, etc. Como também contratados estudos e serviços como vigilância patrimonial, limpeza, jardinagem, auxiliar administrativo, monitor ambiental, agente de serviço de parques, brigadistas civis e etc. Dessa forma todas estas ações contribuem para o fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

**Produto: 3019 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CRIADA COM CADASTRO ESTADUAL NO CEUC**

De acordo com a Lei Estadual nº 14.247, de 29 de julho de 2002, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás, estabelece em seu Art. 47, que o órgão gestor das UC's organizará e manterá um Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, com a colaboração dos órgãos estaduais, federais e municipais competentes. O cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos. Os dados constantes do cadastro serão divulgados e colocados à disposição do público interessado.

Em cumprimento a supracitada lei, a SEMAD criou e mantém atualizado o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC (<https://portal.meioambiente.go.gov.br/unidadeconservacao/login.jsp;jsessionid=94E7E2F5DB792F03586507541DAD10CD>). Nele contém informações sobre cada uma das unidades de conservação estaduais, municipais e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN criadas pelo estado de Goiás.

No período de 2019 a 2023 foram inscritas 27 (vinte e sete) UC's municipais (incluindo os Hortos Florestais). Ao todo o Estado de Goiás já conta com mais de 115 UC's municipais (incluindo os Hortos Florestais).

**3019 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CRIADA COM CADASTRO ESTADUAL NO CEUC:** As unidades de conservação são criadas por ato do poder público, mediante a elaboração de estudo técnico e consulta pública. Estas podem ser criadas pelos 03 entes federativos (União, Estados e Municípios) e após a criação, estas unidades de conservação devem ser incluídas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, conforme determina a Lei n.º 14.247/2002. A SEMAD atualmente é a responsável por manter e alimentar o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC.

O Governo do Estado de Goiás criou, no período de 2019 a 2022, duas unidades de conservação: o Parque Estadual de Águas Lindas (2.008,78 hectares) e o Parque Estadual Águas do Paraíso (5.682,44 hectares), ambos cadastrados no CEUC. Também foram criadas, conforme solicitação dos proprietários, 31 Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, totalizando uma área de 2.863,8179 ha de áreas protegidas: RPPN Reserva JM (Hidrolina), RPPN Santo Inácio (Americano do Brasil), RPPN Santo Inácio (Orizona), RPPN São Pedro (Caçu), RPPN Lago das Brisas (Buriti Alegre), RPPN Córrego Capoeirão (Damolândia-GO), RPPN Semente do Amor (Flores de Goiás), RPPN Beira da Mata (Edéia), RPPN Canto de Oxum (Alto Paraíso de Goiás), RPPN Renascer (Alto Paraíso de Goiás), RPPN Goiás Sul Parte A e Parte B (Goianira), RPPN Serra da Onça (Estrela do Norte), RPPN Sítio Buriti (Palestina de Goiás), RPPN Fabiana Araújo Dias e Silva (Santa Isabel), RPPN Imbé (Vila Boa), RPPN Reserva da Cachoeira (Inhumas), RPPN Parque do Barandão (São João d' Aliança) e RPPN Parque do Mingau (São João d' Aliança), todas cadastradas no CEUC.

Além das unidades de conservação criadas e reconhecidas pelo Estado de Goiás, a SEMAD realizou o cadastro de outras 25 (vinte e cinco) UC's criadas pelos municípios (incluindo os Hortos Florestais). Ao todo, o Estado de Goiás já conta com mais de 199 UC's cadastradas do sistema CEUC (incluindo os Hortos Florestais). A meta pactuada neste PPA é de 03 UC's criadas com cadastro no CEUC. Dessa forma, considerando as UC's criadas e cadastradas pelo governo estadual, as RPPN e as UC's municipais cadastradas pela SEMAD, a meta foi atingida no período.

**16740 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM PLANOS OPERATIVOS DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ELABORADOS/ATUALIZADOS:** O Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais é um documento pactual e de ordem prática, que funciona como instrumento dinâmico para a gestão de recursos humanos e materiais e para o apoio às tomadas de decisão no desenvolvimento de ações específicas de prevenção e combate aos incêndios florestais em uma unidade de conservação. Por apresentar as potencialidades, atores, responsabilidades, recursos humanos e materiais, funcionam como instrumentos de gerenciamento, favorecendo tomadas de decisões mais precisas por seus executores.

A SEMAD desenvolve anualmente uma série de ações para mitigar ou evitar a ocorrência de incêndios nas unidades de conservação estaduais, tais como: contratação de brigadas civis temporárias; realização de aceiros; aquisição de ferramentas manuais, combustível, etc.; EPI; alimentação para os combatentes; sistema de comunicação; sistema de detecção e alerta de focos de calor, além da articulação local com outras instituições como CBM, brigadas municipais, brigadas voluntárias e etc. Dessa forma, por ser um documento dinâmico a SEMAD elabora e atualiza anualmente estes planos para cada uma das 14 unidades de conservação do grupo de Proteção Integral (13 Parques e 01 Estação Ecológica), por se tratarem das unidades de domínio público (ainda que a regularização fundiária não esteja concluída totalmente).

Estabelecemos como meta para o PPA deste ano, elaborar e implementar os Planos Operativos de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais para as 14 unidades de conservação do grupo de proteção integral. Assim sendo, considerando que estes planos estão devidamente elaborados e atualizados, a meta foi atingida.

Os investimentos em prevenção e combate aos incêndios florestais nas unidades de conservação foram crescentes no período de 2019 a 2022.

Em 2020 foram investidos um montante de R\$ 989.139,21 na confecção de aceiros e contratação de brigadas civis.

Em 2021 foram investidos um montante de R\$ 3.801.441,18 na confecção de aceiros, contratação de brigadas civis, alimentação, aquisição de equipamentos diversos, sistema de comunicação via rádio e etc.

Para a gestão de incêndios florestais em unidade de conservação em 2022, foram realizadas as seguintes ações, que somam um montante de R\$ 3.360.261,75 investidos:

Elaboração dos Planos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais de 14 unidades de conservação estaduais para levantamento de capacidade e vulnerabilidades.

Contratação de 6 (seis) Polos de brigadas, com 36 brigadistas para cobrir 13 unidades de conservação de proteção integral;

Contratação de 1.025 horas-máquina para a realização de aceiros mecânicos;

Realização de cursos de capacitação de bombeiros civis florestais (brigadistas), contemplando mais de 59 pessoas, entre servidores da pasta e parceiros (servidores de prefeituras, brigadas voluntárias e demais interessados).

Para a gestão de incêndios florestais em unidade de conservação em 2023, foram realizadas as seguintes ações, que somam um montante de R\$ 4.177.843,62 investidos:

Elaboração dos Planos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais de 14 unidades de conservação estaduais para levantamento de capacidade e vulnerabilidades.

Contratação de 6 (seis) Polos de brigadas, com 30 brigadistas para cobrir 13 unidades de conservação de proteção integral;

Contratação de horas-máquina para a realização de aceiros mecânicos;

No período de 2019 a 2023 foi adquirido também, via conversão de multa (autocomposição), um sistema de monitoramento de queimadas no estado de Goiás, que visa identificar os focos de incêndio por meio de imagens de satélites, o Monitor de Queimadas. Este sistema tem permitido melhorar o tempo de respostas aos incêndios florestais por meio do envio de alertas via aplicativo de mensagens direto para os agentes envolvidos.



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTACÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

Ao longo desse período foram adquiridos diversos equipamentos por meio de compensação ambiental e conversão de multa, como: sopradores costais, motosserras, bombas costais, queimadores florestais, roçadeiras, drones, Kit pick-up para combate a incêndio florestal, motobombas, carreta tanque para trator, grade de arado, sistema de comunicação via rádio e etc.

No âmbito da governança, neste período foi reativado o Comitê Estadual de Gestão de Incêndios Florestais, elaborado o Plano Estadual de Gestão de Incêndios com múltiplos órgãos do governo, como os Bombeiros Militares, Defesa Civil, Secretaria de Educação, Saúde, Infraestrutura, Agricultura e Pecuária, entre outras.

Como resultado, dessas parcerias, a Defesa Civil criou a sala de situação de emergências ambientais, onde monitora todos os nossos parques. A brigada do Ibama / Prevfogo, fez em 2021 26 km de aceiros negros, ou queimas prescritas para a retirada de combustível, o famoso mato-seco, das áreas de maior risco dos 5 parques mais vulneráveis a incêndios.

Além desses parceiros, o ICMBio e brigadas voluntárias de todo Goiás estão trabalhando junto conosco nos combates em campo e os municípios ajudando na logística de acomodação e alimentação destes brigadistas.

Trabalhamos também com as comunidades do entorno de cada unidade de conservação, não só para fiscalizar, mas para orientar sobre o uso do fogo nos momentos e nos locais adequados.

A SEMAD regulamentou o uso do fogo no estado por meio da Instrução Normativa nº 11/2021 e para facilitar o controle das queimas prescritas, disponibilizamos um sistema online, o Sistema IPÊ, para a autorização e acompanhamento da emissão dessas autorizações de queima.

Todo este investimento já tem apresentado os resultados pois analisando as ocorrências de incêndios em unidades de conservação estaduais no período de 2019 a 2020, nota-se uma queda de aproximadamente 74 % na área queimada. Em 2021 houve um aumento da área queimada em relação a 2020, contudo, quando comparado a 2019, ainda nota-se uma queda de 19% da área queimada. Quando comparado com o ano de 2019 em relação a 2022, a redução na área queimada é de aproximadamente 80%.

#### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
10220 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM PLANO DE MANEJO ELABORADO / NUMERO	24	1	0,00
10221 - PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO IMPLEMENTADO / PERCENTUAL	14,00	0,00	0,00
10222 - PLANO DE USO PÚBLICO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONFECCIONADO / NUMERO	8	4	0,00
10241 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA REALIZADA / NUMERO	13	0	23.333,33
10637 - CADASTRO AMBIENTAL RURAL ANALISADO / NUMERO	360	418	36.596,67
13580 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MANTIDAS / NUMERO	24	24	5.181.598,68
14424 - CONSELHOS CONSULTIVOS CRIADOS/ATIVADOS / PERCENTUAL	0,00	0,00	13.263,33
14824 - CAPACITAÇÃO DE MUNICIPIOS PARA INSERÇÃO NAS LEIS DE ICMS ECOLÓGICO E DESCENTRALIZAÇÃO AMBIENTAL (LEI 90/2011 E LEI 140/2011) REALIZADAS / NUMERO	0	2	0,00
16740 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM PLANOS OPERATIVOS DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ELABORADOS/ATUALIZADOS / NUMERO	14	14	2.165.164,71
3019 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CRIADA COM CADASTRO ESTADUAL NO CEUC / NUMERO	1	5	0,00

OBS Estimativa / demanda esperada: Para os casos que o produto for uma prestação de serviço sob demanda da sociedade o fisico previsto e uma estimativa e não uma meta

Gerado em: 29/07/2024



## Estado de Goiás

RELATÓRIO PRESTACÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

### 1042 - SANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE

EIXO: GOIÁS DA INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO: INFRAESTRUTURA PARA FAMÍLIAS

**JUSTIFICATIVA:** Os dados mais recentes sobre o acesso ao saneamento básico divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, mostram que Goiás está entre os estados com melhores condições de atendimento, principalmente no que se refere ao tratamento de água e esgotamento sanitário. A nível Brasil, 83,47% da população total é atendida com água tratada, contra 88,86% de atendimento da população goiana, sendo que, ao se considerar a população urbana, este índice sobe para 92,98% e 96,9%, respectivamente. Já no que se refere a coleta de esgoto, o Brasil atende 52,36% da população total, sendo que Goiás atende 59,8%. Em relação ao atendimento urbano com esgoto, em nível de Brasil o índice é de 60,16% e Goiás 67,16%. O índice de tratamento de esgoto referente à água consumida é de 46% a nível Brasil e 47,95% em Goiás. Dos 246 municípios que compõem o estado de Goiás, 226 são atendidos pela companhia estadual de saneamento, cujo índice de atendimento da população urbana é de 96,9% com água tratada e 59,8% com esgotamento sanitário. Os maiores esforços, portanto, referem-se à expansão do atendimento com esgotamento sanitário, paralelamente à manutenção do atendimento com água tratada, com vistas a universalização dos serviços nos próximos anos, além do provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda e manejo adequado dos resíduos sólidos com a implantação de aterros sanitários. Em Goiás, a maior parte dos municípios convive com a elaboração dos planos municipais de saneamento básico em andamento. É preciso que o Governo Estadual apoie os municípios no planejamento e na gestão integrada do saneamento básico, promovendo ação conjunta para o investimento de recursos, principalmente nos sistemas de esgotos e na construção de aterros sanitários, de forma a reduzir o atraso estrutural do estado nessa área.

**RESULTADO ESPERADO:** Ampliação do acesso à água tratada e da coleta e tratamento de esgoto.

**VALOR INVESTIDO NO PROGRAMA: R\$ 715.314.330,76**

#### AÇÕES DO PROGRAMA

##### 2261 - GESTÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS GOIANOS EM ÁREA RURAL

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATUAÇÃO:** Realizar a gestão do sistemas de saneamento básico, a fim de reduzir custos socialmente incalculáveis e, conseqüentemente, os gastos públicos em saúde.

**METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

**VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 0,00**

##### PRINCIPAIS RESULTADOS:

17282 - PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL ELABORADO: Ocorreu a revisão do Termo de Referência para a contratação do Plano Estadual de Saneamento Básico - PESB, detalhando os conteúdos a serem desenvolvidos para o saneamento rural. Enquanto a Secretaria aguardava o encaminhamento para a contratação do Plano Estadual de Saneamento Básico, o procedimento administrativo de contratação complementar foi suspenso devido à transferência das atribuições e competências da Gerência de Água e Esgoto - GEAGE/SEMAD para a SEINFRA. A Procuradoria Setorial desta Pasta manifestou pela impossibilidade da prorrogação do contrato relacionado.

##### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADADO (R\$)
17282 - PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL ELABORADO / PERCENTUAL	10,00	2,00	0,00

##### 2262 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREA URBANA

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATUAÇÃO:** Promover a adequada gestão de resíduos sólidos, priorizando a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final adequada dos rejeitos, estimular a redução dos custos de coleta, transporte e destinação final, considerando a inclusão social dos catadores e a promoção da educação ambiental, a fim de contribuir para melhoria da qualidade ambiental no estado, em área urbana.

**METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

**VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 0,00**

##### PRINCIPAIS RESULTADOS:

17301 - PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLEMENTADO - No ano de 2023, foi iniciada a verificação das metas, programas e ações do Plano Estadual de Resíduo Sólidos no Estado de Goiás. Dentre as legislações existentes e válidas sobre os temas, encontra-se em pesquisa os indicadores para as metas que deverão ser monitoradas.

Adicionalmente, desenvolvemos e aplicamos um questionário on-line aos municípios, como parte de um plano abrangente de ação e mobilização para informar toda a sociedade sobre o monitoramento que será realizado. Recebemos respostas de 218 (88%) municípios, e com base nestas informações, elaboramos e consolidamos um relatório sobre as ações de monitoramento.

Atualmente, encontra-se em processo de análise dos dados enviados pelos municípios, consolidando as informações e avaliando a conformidade para a elaboração do relatório preliminar. Este relatório proporcionará uma visão comparativa em relação ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos de 2015.



## Estado de Goiás

### RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

17302 - SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS IMPLANTADO - O Sistema de Logística Reversa de Embalagens - SISREV é um instrumento de desenvolvimento econômico e social. Este sistema consiste em um conjunto de ações, procedimentos e meios, cujo objetivo é viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos ao setor empresarial, seja para reaproveitamento no mesmo ciclo ou em outros ciclos produtivos.

O SISREV foi firmado por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Abrampa, conforme consta no processo SEI 202200017012087. Atualmente, encontra-se em fase de conformidade e modelagem em conjunto com a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços, que faz parte do Grupo de Trabalho e do Comitê da Logística Reversa.

O sistema foi implantado e pode ser acessado pelo portal [logisticareversa.go.gov.br](http://logisticareversa.go.gov.br). O regimento interno do comitê recebeu parecer da Procuradoria Setorial e está em fase de revisão. A última reunião do ano de 2023 foi realizada para apresentação do relatório dos resultados do cadastramento das empresas, entidades gestoras e planos. Além disso, foram apresentados o calendário de reuniões para o próximo ano e as próximas etapas a serem cumpridas. Ademais, informa-se que no decorrer deste ano, 12 mil empresas aderiram ao Sistema de Logística Reversa.

#### 17303 – SISTEMA DE MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS - MTR ONLINE IMPLANTADO

Durante o ano de 2023, houve o avanço na implementação do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) Online, uma ferramenta crucial para a efetivação da política nacional de resíduos sólidos. A utilização do MTR tornou-se obrigatória em todo o território nacional para os geradores de resíduos sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme estipulado no art. 20 da Lei nº 12.305/2010.

No âmbito desse processo, registrado como SEI 202200017012602, foi elaborada uma proposta de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a ABETRE (Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes) para a aquisição do sistema responsável pela emissão e controle do Manifesto de Transporte de Resíduos. O Termo de Referência foi concluído e levantada toda a documentação necessária para a instrução processual. Além disso, foram realizadas reuniões com a Gerência de Compras da Secretaria de Meio Ambiente para discutir o processo licitatório relacionado ao fornecimento do sistema MTR. A minuta do Acordo de Cooperação Técnica foi enviada por e-mail da ABETRE para apreciação, marcando a retomada das tratativas, uma vez que as mesmas estavam suspensas devido à alteração do estatuto da ABETRE.

17288 - SOLUÇÃO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREA URBANA CRIADA - Em abril de 2023, foi publicado o Decreto Estadual n.º 10.255/2023, de 17 de abril de 2023, que regulamenta a Logística Reversa de Embalagens em Geral. Atualmente foi elaborado um decreto para a regulamentação de Resíduos da Construção Civil no estado de Goiás. As ações para este Decreto estão em estágio avançado, com a minuta já discutida junto aos membros do Grupo de Trabalho de Logística Reversa e Resíduos do Estado. Uma reunião já foi realizada com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA, aguardando as contribuições do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU. Atualmente o processo foi devidamente instruído para encaminhamento e publicação do decreto, por meio do processo SEI 202300017014242.

#### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
17288 - SOLUÇÃO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREA URBANA CRIADA / NUMERO	2	8	0,00
17301 - PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLEMENTADO / PERCENTUAL	20,00	20,00	0,00
17302 - SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS IMPLANTADO / PERCENTUAL	50,00	50,00	0,00
17303 - SISTEMA DE MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS - MTR ONLINE IMPLANTADO / PERCENTUAL	50,00	18,00	0,00

#### 2263 - GESTÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS GOIANOS EM ÁREA URBANA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATUAÇÃO: Realizar a gestão do sistemas de saneamento básico, a fim de reduzir custos socialmente incalculáveis e, conseqüentemente, os gastos públicos em saúde.

#### METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

VALOR INVESTIDO NA AÇÃO: R\$ 0,00

#### PRINCIPAIS RESULTADOS:

17300 - SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO IMPLANTADO - No decorrer do ano de 2023, foi publicada a Lei nº 21.792/2023, de 16 de fevereiro de 2023, que institucionalizou as Microrregiões de Saneamento Básico pela Lei Complementar nº 182/2023. Isso resultou na definição das atividades para implementação e aprovação do Regimento Provisório das MSBs, mediante Decreto nº 10.281/23, culminando no pleno funcionamento das unidades administrativas de saneamento básico da SEMAD. Devido a essa reestruturação, as atividades relacionadas à gestão do sistema de esgotamento sanitário foram temporariamente suspensas, devido à transferência das atribuições e competências da GEAGE/SEMAD para SEINFRA.

17280 - PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO ELABORADO - - A Secretaria de Meio Ambiente demonstrou interesse em aditar o contrato referente à elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico - PESB, que abrange os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, conforme o processo SEI 201700017000823. O processo foi encaminhado à Procuradoria Setorial desta Secretaria para avaliação da viabilidade legal. A Procuradoria Setorial manifestou sobre a possibilidade de prosseguimento da prorrogação contratual. Assim, o Termo de Referência do Contrato do PESB foi revisado e atualizado. No entanto, em Parecer Técnico n.º 1/2023, e do DESPACHO n.º 25/2023, relacionados à manifestação de interesse na realização de aditivo da contratação, houve a suspensão do procedimento administrativo de contratação complementar do PESB em razão da transferência das atribuições e competências da GEAGE/SEMAD para SEINFRA.

17281 - PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM ELABORADO - A Gerência de Resíduo Sólidos e Drenagem da Secretaria de Meio Ambiente, compõe as Comissões De Segurança Hídrica criada pelo Ministério Público de Goiás. As comissões são divididas em três temas sendo: Ações Rurais, Ações Urbanas e de Ações Normativas. Na Comissão de Ações Urbanas, a finalidade foi sistematizar propostas para o manejo de águas no meio urbano, visando à mitigação dos impactos da antropização (ação do ser humano sobre o meio ambiente) no ciclo hidrológico. No primeiro semestre foram definidos os objetivos gerais e específicos e as diretrizes de cada comissão. No entanto, ocorreu a suspensão das atividades em razão da mudança de atribuições de competências da SEMAD para a SEINFRA.



## Estado de Goiás

RELATÓRIO PRESTACÃO DE CONTAS GOVERNAMENTAIS 2023

### SERVIÇOS PÚBLICOS/ META

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO PREVISTO	FÍSICO REALIZADO	VALOR LIQUIDADO (R\$)
17280 - PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO ELABORADO / PERCENTUAL	20,00	10,00	0,00
17281 - PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM ELABORADO / PERCENTUAL	10,00	2,00	0,00
17300 - SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO IMPLANTADO / PERCENTUAL	10,00	5,00	0,00

OBS Estimativa / demanda esperada: Para os casos que o produto for uma prestação de serviço sob demanda da sociedade o físico previsto e uma estimativa e não uma meta

Gerado em: 29/07/2024